

**RESENHA:**

**O CONTROLE DO CAPITAL SOBRE A PRODUÇÃO,  
COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS:  
contribuições de Esther Vivas Esteve**

**REVISIÓN:**

**CONTROL DE CAPITAL SOBRE LA PRODUCCIÓN,  
COMERCIALIZACIÓN Y CONSUMO DE ALIMENTOS:  
contribuciones de Esther Vivas Esteve**

**Diógenes Rabello**

Geógrafo, Doutorando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente  
diogenesrabello@yahoo.com

O objetivo deste texto é apresentar uma leitura crítica sobre o livro **O negócio da comida. Quem controla nossa alimentação?** de autoria da pesquisadora Esther Vivas Esteve. Esta obra foi traduzida para o português por Omar Rocha, e publicado pela editora Expressão Popular, em 2017, tendo como título original: “El negocio de la comida. ¿Quién controla nuestra alimentación?”. Nele, a autora traz uma série de elementos que colocam em diálogo a produção, comercialização e consumo de alimentos e quais os efeitos socioambientais desse processo a partir de momento que ele é dominado pelo capital.

Esther Vivas Esteve é espanhola, ativista política e social, jornalista e escritora, que se envolve na luta pela causa da soberania alimentar, portanto, sua linha de pesquisa é voltada para as questões sobre modelos de produção de alimentos, consumo e práticas alternativas. Mestre em sociologia, a autora passou a se dedicar nos estudos e escrita sobre maternidade a partir da sua experiência sendo mãe. Isso resultou em outro livro de considerável circulação intitulado “Mamá desobediente: una mirada feminista a la maternidad”, ainda não traduzido para o português.

A respeito da organização do livro, ele possui duas seções iniciais: prefácio à edição brasileira e a introdução, sendo composto por 12 capítulos. Me chama a atenção a forma como organiza estes capítulos, sendo eles divididos em várias subseções e cada subseção com vários subitens. Embora estas divisões contenham uma sequência lógica

de complementação dos assuntos, por vezes nota-se que não é necessário este grande volume se subdivisões, sua subtração poderia deixar a leitura mais fluente.

As discussões trazidas pela autora buscam reforçar a ideia central da obra é a reafirmação da tese de que “comer é um ato político”. Desta forma ela vai construindo um discurso crítico a respeito do modelo de produção, comercialização e consumo de alimentos. O livro está recheado de dados e informações estatísticas sobre o assunto, sob os quais a autora se baseia para tirar suas conclusões. Muito embora as análises sejam, majoritariamente, da realidade da Espanha e da Europa, bem como os dados que são apresentados, elas servem de referência para uma leitura sobre estes processos na nossa realidade. Vale ressaltar que a autora recorre a alguns materiais para ser subsidio à sua análise, dos quais podemos citar: Organização Não Governamental GRAIN; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Organização das Nações Unidas (UNO).

Para mim, alguns capítulos merecem destaque neste livro. No capítulo “Os Jogos da Fome” Esther Esteve nos municia de elementos para pensar que o problema da fome mundial se caracteriza mais pelo acesso do que pela falta de produção. Isso está bastante demarcado quando a autora diz que:

A fome não é uma fatalidade inevitável que afeta determinados países. As causas da fome são políticas. Quem controla os recursos naturais (terra, água, sementes) que permitem a produção de alimentos? Quem se beneficia das políticas agrícolas e alimentares? As respostas dessas perguntas nos dão uma pista. Os alimentos se converteram em mercadorias, e sua função principal, que é nos alimentar, ficou em segundo plano. (p. 24).

Com isso, a autora vai dialogando sobre como a discussão do acesso à terra é fundamental para enxergar o problema da fome como um problema eminentemente político.

Outro capítulo estrutural do livro é o intitulado “De onde vem o que comemos”? É aqui que a autora nos apresenta como a mudança dos hábitos alimentares tradicionais se transformaram numa padronização da forma de se alimentar é uma estratégia do capital para perpetuar seu controle hegemônico dos sistemas agroalimentares. Para reforçar sua ideia, Esther Esteves recorre ao conceito de globalização alimentar, mas não fica claro se é uma propositura da própria autora ou uma apropriação de outros trabalhos. Mas, com esta ideia, a autora quer nos dizer que para cumprir a agenda da acumulação do capital, a empresas deslocalizam a produção dos alimentos, explorando os recursos naturais e mão-

de-obra barata no Sul para a produção destes alimentos, levando-os para serem comercializados no Norte. Finaliza este capítulo dando três características ao sistema agroalimentar atual: intensivo, quando se desenvolve com base na superexploração dos recursos naturais, não respeita as dinâmicas naturais dos ecossistemas e resulta em degradação ambiental; industrial: pois ele acontece com base na mecanização, tecnologias avançadas, uso de agrotóxicos e no monocultivo; e, quilométrico: uma vez que, a produção deslocalizada dos alimentos faz com que a comida se desloque milhares de quilômetros até as gondolas dos supermercados e esse transporte causa prejuízos para o ambiente e para a qualidade dos alimentos.

O livro também merece uma atenção especial para o capítulo “Agricultura e alimentação, nomes de mulher”. Aqui, a autora dedica uma seção inteira para discutir a situação do trabalho feminino na produção de alimentos dentro deste sistema agroalimentar e a invisibilidade do trabalho das mulheres. A autora mostra que, embora as mulheres sejam responsáveis por 50% da produção de alimentos (p. 79), estima-se que 60% da fome crônica no mundo afeta as mulheres (p. 80).

Como aborda a autora:

Vemos como o modelo agroalimentar não é determinado apenas pela lógica de um sistema capitalista, que antepõe interesses particulares às necessidades coletivas, mas também pela lógica de um sistema patriarcal que invisibiliza, desvaloriza e subordina o trabalho das mulheres. (p. 80).

A autora traz vários elementos para pensar o recorte de gênero a partir do trabalho no campo. As mulheres não têm acesso à terra; têm mais dificuldades para acessar créditos agrícolas e serviços; as transações econômicas são de responsabilidade dos homens; jornada dupla de trabalho; não têm acesso aos direitos e indenizações por desemprego, acidente, maternidade ou aposentaria (pois na maioria dos casos elas são envolvidas em trabalhos informais). Estes são alguns dos elementos apontados para ilustrar a desigualdade de gênero no campo.

Para sintetizar a ideia da autora sobre, trago a citação seguinte:

Na unidade familiar há uma clara divisão de trabalho por sexo. Assim, as atividades de caráter e responsabilidade pública (trabalho assalariado, a participação nos órgãos políticos, as transações econômicas relevantes ficam com homens, enquanto as de caráter privado (trabalho doméstico, cuidado de dependentes, nutrição e saúde da família) ficam com as mulheres. Uma divisão de papéis que dá ao camponês, e não à camponesa, o poder de decisão. Da mesma forma, o acúmulo de trabalho produtivo e reprodutivo e o não compartilhamento das responsabilidades domésticas impedem as mulheres de

ter tempo disponível para participar em espaços de representação pública. (p. 86).

Por fim, destaco o capítulo “Transgênicos não, obrigado!” Neste, a autora traz exemplos importantes de como o capital internacional cria estratégias para expandir seus domínios sobre as sementes transgênicas dependentes de agrotóxicos, como é o caso da Monsanto. A autora destaca neste capítulo, ainda, que os impactos dos transgênicos podem ser classificados em: para o meio ambiente, pela contaminação ambiental pelo uso de agrotóxicos e pela perda de espécies nativas que estão em contato com os transgênicos. Para a saúde, a partir do surgimento de novas alergias, resistências a antibióticos, diminuição da fertilidade, danos dos órgãos internos e outros. E impactos sociais, que são caracterizados pela autora como sendo o controle do mercado de sementes por um grupo pequeno de empresas (Syngenta, Bayer, BASF, Dow, Monsanto e DuPont).

Sob o meu ponto de vista, o capítulo “Bastidores do agronegócio” poderia ser melhor explorado. Neste capítulo a autora se limita a trazer exemplos de algumas empresas (Coca-Cola, McDonald’s, Panrico e Telepizza) para discutir qualidade do alimento e condições de laborais na indústria de fast-foods, mas não aborda o elemento central do modelo de agricultura baseado na concentração de terras, na commoditização e quimificação da agricultura, assuntos abordados pontualmente em outros capítulos do livro, mas neste o leitor cria expectativa pelo referência no título.

Recomendo este livro para pesquisadores, movimentos sociais e organizações que atuam no consumo consciente, que estejam interessados em fazer uma leitura crítica sobre a o modelo de produção de alimentos. Para aqueles que se dedicam aos temas: geografia agrária, sociologia rural, agroecologia, monocultura, sistemas agroalimentares, soberania e segurança no campo, gênero no campo e outros desta vertente da questão agrária, este livro se apresenta como uma leitura que irá contribuir como elementos importantes.

#### **REFERÊNCIA:**

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida. Quem controla nossa alimentação?** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

Recebido em 11/06/2020. Aceito para publicação em 11/01/2021.
--